



RIO TECNOLOGIA
AMBIENTAL LTDA

RECIBO

Em: 12 / 09 / 19

Paulo Vitor da Silva Manhães

ID: 5087775-5

Assinatura Digital

inec - DIA 17 / 09 / 2019

ILUSTRÍSSIMO SR. PAULO CESAR LONGO DINIZ JUNIOR, COORDENADOR
DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 006/2019

REFERENTE: "OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE
HIDROMETEOROLÓGICA E DEMAIS SERVIÇOS DE HIDROMETRIA".

**I- DA INCORRETA INABILITAÇÃO DA EMPRESA RIO TECNOLOGIA E
SERVIÇOS HIDROMETEOROLÓGICO LTDA, NA FASE DE APRESENTAÇÃO
DA DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA.**

A RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS DE HIDROMETEOROLOGIA
LTDA - IE 79.805.734 e CNPJ 17.210.688/0001-37, pessoa jurídica de direito
privado, estabelecida na Rua Capitão Félix, 110 Sala:441, Benfica, CEP: 20920310,
na cidade do Rio de Janeiro, neste ato representada por seu sócio - proprietário,
Silvio Conceição Barbosa da Costa, inscrito no CPF/MF sob o nº 661.489.877-91,
brasileiro, casado, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa
Excelência, dentro do prazo legal e nos termos do item 16.1, do Edital de tomada
de preços nº 006/2019 e do art. 109, I, "a", da Lei 8.666/93, interpor RECURSO
ADMINISTRATIVO contra a decisão lavrada na Ata da Reunião de Licitação
realizada em 10/09/2019, que acabou por inabilitá-la no procedimento licitatório,
por suposta irregularidade **"por afronta aos itens 6.6.1 e 6.6.2, não apresentando
os atestados de capacidade técnica nem o registro ou inscrição no Conselho
Regional de Engenharia e Agronomia-CREA, bem como a declaração
indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente
do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços";** o que
faz nos seguintes termos:

O certame licitatório Tomada de preços nº 006/2019, tem por finalidade a
contratação para a prestação de serviços de **"OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA
REDE HIDROMETEOROLÓGICA E DEMAIS SERVIÇOS DE HIDROMETRIA"**. A
RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS HIDROMETEOROLÓGICOS,
possui total capacitação para as atividades estabelecidas no edital, valendo

destacar que não se requer a inclusão de documentação adicional, é vedada por lei. A questão é que todos os documentos necessários tanto para habilitação jurídica e técnica foram entregues e de posse da comissão de licitação permanente cujos envelopes foram rubricados por todos os licitantes. O erro ocorrido e motivador da inabilitação e que induziu a comissão de licitação na interpretação equivocada da falta do documento comprobatório de capacitação técnica da empresa, diz respeito apenas em relação a inversão de documentos em envelope divergente do solicitado pelo edital, mas houve imediatamente o esclarecimento por parte da requerente, indicando que todos os documentos relacionados a comprovação técnica da empresa estavam organizados no envelope B, o da PROPOSTA TÉCNICA, evidenciando apenas um erro formal sanável. A exigência editalícia, e bem assim a sua aplicação na situação concreta, entretantes, pressupõem observância de razoabilidade. Ocorre que o interesse público na escolha da melhor oferta prepondera em detrimento do rigorismo formal.

No entanto, caso assim não se entenda, imperioso se mostra que a comissão de licitação, privilegiando o princípio de competição e obtenção da melhor proposta técnica e comercial, confira ao feito a prerrogativa inserta no art. 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993 que preconiza que: "... § 3º É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta."



RIO TECNOLOGIA
AMBIENTAL LTDA

Assim, à luz dessas prerrogativas legais, cumpria a Comissão de Licitação, visando salvaguardar a Supremacia do Interesse Público, antes da inabilitação da recorrente, auditar imediatamente através do site de forma on-line o órgão de classe CREA-RJ a fim de checar a capacitação técnica da empresa e teria acesso as informações abaixo:

Página: 1/2
Data: 11/09/2019

CREA-RJ CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
75879/2019
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2019

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o CREA-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas aos (s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro: 2014200034
Razão Social: RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS DE HIDROMETEOROLOGIA LTDA
CNPJ: 17.210.588/0001-27
Data Registro: 01/09/2014
Endereço: RUA CAPITÃO FELIX 110 BLOCO NOBRE SALA 441 BENFICA - RIO DE JANEIRO - RJ, CEP: 20230-310

RAMOS ATIVIDADE:

1020-0	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL
1160-0	ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL
2030-0200	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETRÔNICA / INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / REPARO
3030-0	OBRAS E SERVIÇOS DE METEOROLOGIA / OS DE METEOROLOGIA

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 120.000,00 (MILHARES)

OBJETO SOCIAL:

SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SUPERVISÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO EM REDES DE EQUIPAMENTOS DE HIDROMETEOROLOGIA, HIDROMETRIA, TELEMETRIA E SIGMAGIA; ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E PROGRAMAS COMPUTACIONAIS; SERVIÇOS DE CONSULTORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL, PREVISÃO DO TEMPO, METEOROLOGIA, TELEMETRIA, ESTUDOS AMBIENTAIS E TREINAMENTO DE PESSOAL; LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS HIDROMETEOROLÓGICOS, DE COMUNICAÇÃO E PROGRAMAS COMPUTACIONAIS PARA WEBSITE.

CLASSE:

A - EXECUÇÃO DE OBRA, PRESTACAO DE SERVIÇOS, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE TÉCNICA

RESPONSÁVEL(ES) TÉCNICO(S):

LUIZ TARCISO DE MORAES
Carteira Nº RJ-RJ-6910201130/10
RNP: 2002162124
TÍTULO: METEOROLOGISTA
Atribuições: 1) 01/09/2014 - ART. 237/1966 - ART. 171/1966

Expedido em: 12/07/1966 pelo Crea-RJ
Registro: 1961102011 expedido em 12/07/1966

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 2/3
Data: 11/09/2019

CREA-RJ CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
75879/2019
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2019

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 75879/2019)

Inclusão como QT: 17/11/2015
Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE METEOROLOGIA / OS DE METEOROLOGIA
LUIZ ALBERTO PEREIRA ALVES
Carteira Nº RJ-RJ-71071836/10
RNP: 2002665396
TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA
Atribuições: ARTIGOS 8 E 9 DA RES 218/73, DO CONFEA; TERMO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1 DA RESOLUÇÃO 1040/2012, DO CONFEA.
Inclusão como QT: 10/09/2015
Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETRÔNICA / INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / REPARO
LUIZ PAULO DE SOUZA VIANA
Carteira Nº RJ-RJ-218700/10
RNP: 2002122666
TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições: DEC 2358/93 - ART 28 TOS ALÍNEAS) DEC 2358/93 - ART 29 TOS ALÍNEAS) Inclusão como QT: 04/11/2015
Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL

Expedido em: 22/03/2017 pelo Crea-RJ
Registro: 1967107183 expedido em 13/07/1967

Expedido em: 31/12/1973 pelo Crea-RJ
Registro: 1961112940 expedido em 05/02/1971

QUADRO TÉCNICO:

JACQUELINE DA SARA MUNIZ
RNP: 2011924596
TÍTULO: ENGENHEIRA QUÍMICA
Atribuições: RES 218/73 - ART 171/1966 (A 18)
Início QT: 22/07/2017
JURANDIR DA COSTA FILHO
Carteira Nº RJ-RJ-173361/10
RNP: 2001626996
TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218/73, DO CONFEA
TÍTULO: TÉCNICO EM METEOROLOGIA
Atribuições: ARTIGO 3 E ARTIGO 6, DECRETO 9092, DE 06/02/1966
Início QT: 04/07/2017

Expedido em: 12/07/2019, pelo Crea-RJ
Registro: 2002107250 expedido em 26/02/2003

RESTRIÇÃO(ÕES) DE RAMO: Esta empresa não está habilitada a atuar na(s) área(s) de: ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL, por não ter profissional RT para a(s) área(s), ficando sua atividade restrita a(s) área(s) de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETRÔNICA / INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / REPARO, OBRAS E SERVIÇOS DE METEOROLOGIA / OS DE METEOROLOGIA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado.

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Para fins de Licitação

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 75879/2019
Emitida às: 11/09/2019 17:28 (hora de Brasília)
Código de controle do comprovante: 0.608303608488210

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 128, de 30 de Outubro de 2008, do Conselho que cria o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ, o Acervo Técnico do profissional LUIZ PAULO DE SOUZA VIANA, referente a(s) Atividade(s) de Responsabilidade Técnica - ART sobre discriminação(s):

Profissional: **LUIZ PAULO DE SOUZA VIANA**
Registro: **198113940** RNP: **20812255**
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

ART Nº: **202018021400** - de 16/11/2018 Tipo de registro: **CREA OU SERVIÇO**
Realizada em: **03/08/2019** por: **CONCLUSÃO**
Executante: **RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS DE**
HIDROMETEOROLOGIA LTDA Registro: **2014200034**
Tipo Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Contratante: **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**
Endereço: **AVENIDA VENEZUELA 110 - SAUDE**
RIO DE JANEIRO RJ

Finalidade: **AMBIENTAL**
Atividade Técnica:
(1): **CONDUÇÃO DE EQUIPE DE INSTALAÇÃO**
(2): **CONDUÇÃO DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO**
(3): **ORIENTAÇÃO TÉCNICA**
Especificação da Atividade:
(1): **LEVANTAMENTO DE DADOS TÉCNICOS**
Complemento:
(1): **CAVAL**

Informação Complementar:
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DAS SEÇÕES TRANSVERSAS DOS RIOS, INSTALAÇÃO DE RÉGUAS LIMNÉTRICAS E O RESPECTIVO NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE SEÇÃO MEDIDORA (PI e PF), REFERÊNCIAS DE NÍVEL (RN) S E CONDUÇÃO DE 78 CAMPANHAS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO UTILIZANDO EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO ADCP E FLOW TRACKER).

Nº do contrato: **12/2017**
Quantificação: **59,00** un.
Data de celebração: **07/07/2017**
Data de início: **16/10/2017**
Prazo do contrato: **DETERMINADO** (2 meses)
Valor de Contratação: **R\$ 1.341.225,54**
Endereço: **DIVERSOS LOGRADOUROS S/N - DIVERSOS...**

(CONTINUA)

CREA-RJ

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

ATESTADO

Atesto para os devidos fins que a empresa **RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS DE HIDROMETEOROLOGIA LTDA**, com sede a Rua Capitão Felix, 110 sala 441, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita sob CNPJ nº 17.210.688/0001-37 e I.E 79805734, CREA 2014200034, realizou serviços de "OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E DEMAIS SERVIÇOS DE HIDROMETRIA" para o Instituto Estadual do Ambiente inscrito no CNPJ nº 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela 110, Saúde na cidade do Rio de Janeiro, através do contrato nº 12/2017, celebrado em 07 de julho de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, início das atividades em 16 de outubro de 2017 e término 16 de outubro 2018, com o valor global em de R\$ 1.341.225,54.

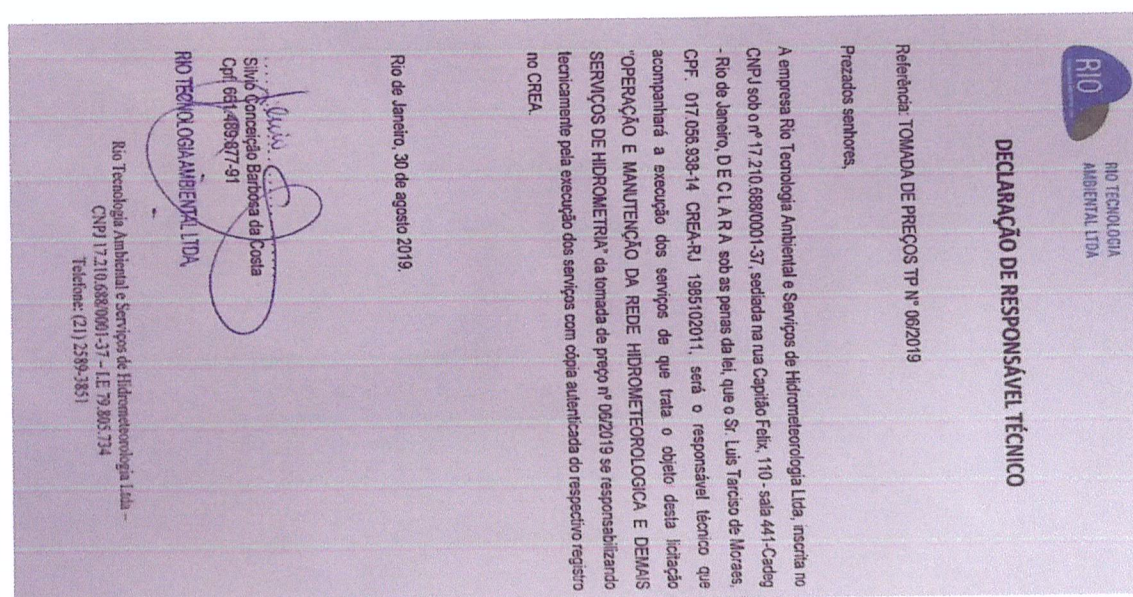
Dentre as atividades realizadas pela referida empresa incluem-se:

- Operação e manutenção de 59 estações telemétricas hidrometeorológicas sendo, 47 estações com transmissão celular GPRS e 12 com transmissão satelital (GOES), compostas por sensores pluviométricos digitais com read switch e sensores hidrostáticos, painel solar, controlador de carga, bateria, datalogger, modem gprs, e /ou transmissor satelital e antenas;
- Levantamento topográfico das seções transversais em rios, instalação de réguas limnéticas e o respectivo nivelamento, instalação de seção medidora (PI e PF), referências de nível (RN) S e condução de 180 medições de vazão através de 78 campanhas, utilizando equipamentos de medição ADCP, micro molinete, flow tracker;
- Desenvolvimento de um site de Intranet /Internet, com módulo de aquisição e exibição de dados das estações telemétricas em tempo real, mantendo banco de dados atualizados com informações consistentes e compatíveis com o sistema HIDRO;
- Instalação de estação telemétrica;
- Elaboração de relatórios contendo as condições técnicas dos equipamentos telemétricos, detalhando as manutenções preventivas mensais, manutenções corretivas, instalação, operação, e as medições de vazão;

inea Instituto Estadual do Ambiente
SEAS SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
RIO DE JANEIRO

Avenida Venezuela, 110 - Pacaembu - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20081-312 - Tel. 2332-4604
www.inea.rj.gov.br

Vale ressaltar, que as imagens apresentadas e em destaque não tem a pretensão de inclusão de documentos no certame, visto que isto é vedado por lei, mas apenas reafirmar que estes documentos já estão contidos na documentação entregue a comissão de licitação permanente, apenas organizados no envelope B, o da PROPOSTA TÉCNICA. Na abertura do envelope B poderá constatar a existência de todos os documentos aqui exibidos e elucidar dúvidas pertinentes, quanto a capacidade técnica do licitante e sem prejuízo para o entendimento da proposta, para os demais licitantes envolvidos e tão pouco para a administração pública. Desta forma, promovendo o melhor cenário para a administração pública que é o da ampla concorrência, e escolher a melhor proposta técnica e comercial que atenda todos os requisitos definidos no edital.



DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Referência: TOMADA DE PREÇOS TP Nº 06/2019

Prezados senhores,

A empresa Rio Tecnologia Ambiental e Serviços de Hidrometeorologia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 17.210.688/0001-37, sediada na rua Capitão Felix, 110 - sala 441-Cadeg - Rio de Janeiro, D E C L A R A sob as penas da lei, que o Sr. Luis Tarciso de Moraes, CPF. 017.056.938-14 CREA-RJ 1985102011, será o responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação "OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E DEMAIS SERVIÇOS DE HIDROMETRIA" da tomada de preço nº 06/2019 se responsabilizando tecnicamente pela execução dos serviços com cópia autenticada do respectivo registro no CREA.

Rio de Janeiro, 30 de agosto 2019.

Sílvia Conceição Barbosa da Costa
Cpf: 661.489.877-91
RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Rio Tecnologia Ambiental e Serviços de Hidrometeorologia Ltda -
CNPJ 17.210.688/0001-37 - IE 79.205.734
Telefone: (21) 2589-3851

De outra forma, a capacitação técnica pode também ser confirmada no próprio INEA, tendo em vista que a RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS HIDROMETEOROLÓGICOS, atua no contrato 12/2017, Processo: E-07/002.8416/2016, assinado em 07/07/2017, e com continuidade através do termo aditivo nº 49 /2018, assinado 03 de dezembro de 2018, que finda em outubro deste ano, 2019, cujo acervo técnico emitido pelo CREA e acima exibido, confirma a atuação nestes contratos, cujo o escopo é semelhante ao solicitado no edital 006/2019. Considerando estes fatos, seria completamente incoerente a inabilitação por falta de comprovação de capacitação técnica da RIO TECNOLOGIA

AMBIENTAL E SERVIÇOS HIDROMETEOROLÓGICOS. Como poderia a RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS HIDROMETEOROLÓGICOS estar prestando serviços para o INEA com abrangência ao mesmo escopo definido no edital 006/2019 e agora por uma questão de formalismo protocolar exarcebado e facilmente sanável, ser considerada incapacitada em realizar as atividades contempladas no edital?

Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º, 41º, 44º e 45º da Lei nº 8666/93). Sabe-se que a administração não pode descumprir as normas contidas do edital ao qual se acha estritamente vinculada. Ou seja, as normas do edital de licitação são a sua legislação e devem ser observadas em todas as situações, principalmente se não previamente impugnadas. Mas não podem ser utilizados para exarcebar o formalismo a fim de restringir a competitividade isonômica, respeitando os princípios básicos do direito, que é o seu objetivo primordial. Em reflexão, se todos os atos fossem conduzidos e apenas priorizado os ritos formais, seria bem provável que nenhum licitante permaneceria até o final do processo. Por exemplo, o **excesso de material (documentos)**, diferente ao que o edital solicitou, também em tese, deveria ser o motivador de inabilitação, ou seja, não poderia ter documento incluso além do que foi solicitado para determinado envelope, vide a proposta jurídica da empresa AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS LTDA, na página 85, que em sua proposta encaminhada no envelope A, contém documento além do que foi solicitado para este envelope, vide a "declaração que faz indicação de cada um dos profissionais correspondente à Equipe Chave" (mínima), que deveria estar apenas no envelope B, conforme descreve o edital. E por outro lado, não tem como saber se este documento estará contido no envelope B antes da sua abertura, visto que já foi apresentado no envelope A. Na essência o que realmente importa é que o processo de cada licitante seja composto dos conteúdos contidos nos envelopes A, B e C, e ao final das etapas de licitação, estes conteúdos serão arquivadas como parte integrante de um único processo. Portanto, quanto a questão objetiva, o que importa é a capacidade do licitante comprovar a sua capacitação em todos os quesitos que forem exigidos, por intermédio da disponibilização de toda a documentação

comprobatória necessária e entregues no momento da abertura da sessão na comissão de licitação na presença de todos os licitantes, assim preservando, os princípios básicos da impessoalidade, moralidade, igualdade, da probidade administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório. E assim fez a RIO TECNOLOGIA E SERVIÇOS de HIDROMETEOROLOGIA LTDA, apenas ocorrendo a inversão no aspecto de organização dos envelopes. Desta forma, a abertura do envelope B a fim de comprovar a sua capacitação técnica da fase de habitação jurídica, não caracteriza inserção de documentos, visto que já foram entregues, também não traz prejuízo aos licitantes e nem a administração pública, não fere nenhum princípio básico do direito, pelo contrário amplia a concorrência, e estabelece o princípio da razoabilidade e quebra o rigor formal exacerbado, inclusive respaldado pelo item 8.32 do edital de tomada de preço 06/2019. No edital também não dispõe de cláusulas que estabeleçam, que havendo, inversão de documentação nos respectivos envelopes acarretará a inabilitação/exclusão do licitante. Discorre sobre o fato do licitante em caso de não atender integralmente os **requisitos** das condições previstas na cláusula 6, não confundir **requisitos** com **ritos protocolares**, que neste caso os requisitos são facilmente comprováveis através dos documentos comprobatórios entregues e de posse da comissão de licitação permanente, que descrevem no seu bojo a total capacitação técnica da RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS HIDROMETEORÓLOGICOS em atender o escopo de serviços estabelecido no edital. O fato desta documentação estar em outro envelope, e não ter sido verificada pela comissão de licitação permanente por questões de ritos protocolares que se fossem flexibilizados não trariam prejuízo as partes envolvidas, então não justifica a permanência da decisão equivocada de inabilitação, motivada apenas pela adoção da ordem de abertura dos envelopes. Não havendo, ao menos de momento, notícias acerca de inconsistência da documentação neles contida. Houve, percebe-se, mero erro sanável. Em primeira análise, trata-se de ocorrência que, conquanto em aparente dissonância com o instrumento convocatório, consubstancia mera irregularidade formal, sem o potencial de decretar a inabilitação da licitante. Com efeito, o edital, lei interna deve ser interpretado à luz do bom senso e da razoabilidade. Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro "Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações",

obtempera “Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital”.

De fato, os princípios da razoabilidade e proporcionalidade devem ser sopesados na apuração do que seja legalidade e vinculação, pois o objetivo precípua da licitação é a competitividade conducente à escolha da proposta mais vantajosa, observado evidentemente o tipo eleito. O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a essência do certame. Pertinentes as palavras do Ministro Adilson Motta, do Tribunal de Contas da União, em decisão proferida em novembro de 1999: “ O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa danos ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece o interesse público e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais.

Imediatamente caberia a reforma do entendimento proferido pela comissão de licitação sob o entendimento da vinculação e estar diante da existência de mero “erro formal sanável no processo”, o que , na forma do disposto no edital **8.32 - A critério da Comissão de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.**

Não se pode pecar pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta FRUSTACÃO DA FINALIDADE PRECÍPUA DO CERTAME, que neste caso é a de selecionar a PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL mais vantajosa para a administração pública.

A maior doutrina e jurisprudência atual apontam no sentido de que excessos de formalismos devem ser combatidos de forma a ampliar a participação dos licitantes, adotando o entendimento de que o certame deve se prestar a verificar se o licitante CUMPRE OS REQUISITOS DE IDONEIDADE e vantajosa para a administração.

COMO EXEMPLO MAIS RECENTE, VALE DESTACAR A DECISÃO PROFERIDA POR ESTA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PRESIDIDA PELO ILUSTRÍSSIMO SR. PAULO CESAR LONGO DINIZ JUNIOR, EM ATA DE JULGAMENTO PROFERIDA EM 06/09/2019, EM RESPOSTA AOS RECURSOS IMPRETADOS NO PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019.

Em síntese, a comissão permanente de licitação equacionou de forma sábia, o conflito entre dois princípios basilares das seleções públicas, o da ampla concorrência inculcado no princípio da seleção da proposta mais vantajosa e o da vinculação ao instrumento convocatório. Ao julgarem procedentes a participação de duas empresas antes inabilitadas em virtude de um erro formal de preenchimento de declaração, sendo uma delas de visita técnica e da outra quanto ao responsável técnico. Em julgamento a comissão de licitação, fez uso do formalismo moderado como hermenêutica da interpretação das normas editalícias e reformou a decisão. Neste caso as três empresas puderam participar, visto que a comissão entendeu de forma inequívoca que não trazia prejuízo a nenhum licitante e tão pouco a administração pública, privilegiando desta forma a ampla concorrência. Ao final do processo ocorrido em 12/09/2019, percebeu-se de forma clara e inquestionável que foi a decisão correta, tendo em vista, que a empresa vencedora do certame, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para administração pública foi justamente, uma das empresas que antes estava inabilitada, diferente da proposta da empresa que receberá habilitação desde do início do processo. Portanto, seria coerente utilizar o mesmo princípio no sentido de ampliar a competitividade. Sendo assim, a comissão de licitação pode realizar a apuração através das ferramentas legais cabíveis e constatar a real capacitação técnica da RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS DE

HIDROMETEOROLOGIA LTDA, quanto aos aspectos de ser capaz de atender as demandas estabelecidas no escopo do edital 006/2019, reiterando que todos os documentos exigidos para atendimento dos requisitos contidos no item 6, foram entregues e estão de posse da comissão de licitação, apenas organizado no envelope B, o da PROPOSTA TÉCNICA e ainda não verificados pela comissão de licitação permanente e nem pelos outros licitantes.

De outro modo, ainda caberia o entendimento de Tribunais de Justiça, in verbis

- a) **8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região: AC nº 2009.51.01.024237-6, rel. Desembargador Federal RALDÊNIO BONIFACIO COSTA: ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO-ABERTURA DE ENVELOPE – EXCESSO DE FORMALISMO - ERRO SANÁVEL – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** I- (...), II- Objetivaram as impetrantes com o mandamus a revisão da decisão administrativa que obstruiu abertura das propostas de preço que as duas empresas impetrantes equivocadamente lançaram nos envelopes destinados à documentação de habilitação, a fim de assegurar que a parte impetrada considerasse os referidos preços respectivamente propostos sem impor um rigor formal excessivo neste procedimento, eis que o alegado equívoco levou à desclassificação de ambas na licitação promovida pelo Hospital Central da Aeronáutica (Edital de Pregão nº 012/dirsa-hca/2009), III- **Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei nº 8666/93, art. 41), e , especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, prestigiar de forma exarcebada o rigor formal.** IV- O equívoco cometido pelas impetrantes de troca de conteúdo dos envelopes com os documentos relativos à habilitação e à proposta de preços não trouxe prejuízos à regularidade da licitação, tratando-se de erro sanável. V- Negado provimento à Remessa Necessária. (DJ 10/11/2010) (Sem grifos no original).

b) Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG- Apelação Cível: AC 0012910-27.2015.8.13.0671 MG, órgão julgador Camara Cíveis/4ª Câmara Cível, Publicação 13/09/2016, Relator Heloisa Combat

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO (DE OFÍCIO). MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2015. CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SERRO/MG. FASE DE HABILITAÇÃO. DOCUMENTO FALTANTE. TROCA DE ENVELOPES PELA EMPRESA LICITANTE. VÍCIO FORMAL. INABILITAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

Na busca da preservação do interesse público no procedimento licitatório, o descumprimento a qualquer exigência formal, certas vezes, por sua irrelevância deve ser temperado pelo princípio da razoabilidade e bom senso.

-Segurança concedida a fim de que a impetrante tenha seus documentos referentes à habilitação e à proposta.

-Vislumbra-se ofensa ao direito líquido e certo à permanência na concorrência pública nº 009/2015, pois, do ponto de vista material, não se pode falar que a impetrante não atendeu aos requisitos da fase de habilitação, vez que seus documentos sequer foram apreciados pela comissão Permanente de Licitação.

-Inexistência de má-fé e de quebra ao princípio da isonomia de tratamento aos licitantes, posto que inalterável a proposta da impetrante, o mesmo sucedendo em relação às ofertadas pelos demais licitantes.

-É do interesse da própria Administração a participação do maior número possível de licitantes, devendo-se afastar rigorismos inúteis.

-Sentença confirmada no reexame necessário. Recurso prejudicado.

Decisão

CONFIRMARAM A SENTENÇA NO REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADO O RECURSO, VENCIDA A PRIMEIRA VOGAL.

- c) TJ-SC- Inteiro Teor. Remessa Cível 2080301420158240023 Capital 0308030-14.2015.8.24.0023 – Jurisprudência –Relator: Desembargador Ricardo Roesler, data de julgamento 12/02/2019, Terceira Câmara de Direito Público

Decisão: Documentação FALTANTE. TROCA DE ENVELOPES PELO LICITANTE. VÍCIO FORMAL. INABILITAÇÃO... documentos referentes à habilitação integralmente analisados, superando-se um defeito formal, qual seja a troca... de envelopes

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL DE CONCORRÊNCIA. SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE. TÁXI. FASE DE HABILITAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO FALTANTE. TROCA DE ENVELOPES PELO LICITANTE. VÍCIO FORMAL. INABILITAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA. MANTUTENÇÃO DA SENTENÇA.

Constou do relatório da sentença

Versam os autos sobre mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Márcio Ferreira da Silva, devidamente qualificado e representado nos autos contra ato supostamente ilegal praticado pelo Secretário Municipal de Mobilidade Urbana de Florianópolis, igualmente qualificado no feito alega a impetrante, em apertadas síntese, que ao participar da concorrência pública 655/SMA/DLC/2014, após aprovada na etapa objetiva, acabou por trocar o conteúdo dos envelopes contendo os documentos pertinentes, quais sejam, comprobatórios da sua

habilitação com os documentos da proposta técnica, ocorrendo por conta disto, a tempo e modo devido, a sua desclassificação.

Isto posto, baseado na teoria do erro sanável pugnou pela concessão de medida liminar para que o envelope contendo os documentos corretos para a fase adequada seja aberto, reabilitando o impetrante para continuar nas ulteriores fases do certame, uma vez inexistente qualquer prejuízo ao processo licitatório. Para comprovar o que alega, trouxe aos autos documentos e procuração, às fls.12/57 à fl 58/60, o MM. Juiz ao apreciar o pedido liminar, esclareceu que o equívoco cometido pelo impetrante não era capaz de causar prejuízo à regularidade da licitação, acatando a tese do erro sanável, deferindo então a cautelar.

Devidamente notificada, resumidamente, a autoridade dita coatora apresentou informações às fls 73/78, requerendo a revogação da liminar e a denegação da presente ação uma vez que a regra do edital é clara quanto ao momento e forma da apresentação dos envelopes, não tendo o impetrante cumprido com o estabelecido para o ato convocatório por inobservância de singela regra. Por fim, aduz que haverá prejuízo a licitação por conta da necessidade de se dar vista a todos os demais licitantes aprovados naquela fase para que possam, querendo, impugnar então habilitação do impetrante, tudo no mesmo dia da abertura das propostas técnicas.

ADITO que o promotor de Justiça Onofre José de Carvalho Agostini opinou pela procedência da liminar (p p. 92-93)

Acrescento que , em exame ao mérito o magistrado singular confirmou a liminar, que determinou que a sessão pública para abertura dos envelopes relativos à proposta técnica, fosse aberto o envelope nº 2 do impetrante, com a consequente análise da documentação e , acaso obedecidos os requisitos, o prosseguimento no procedimento (pp. 92-95).

Os casos analisados pelos tribunais, são semelhantes ao que ocorre neste certame, e em face das razões expostas e considerando que a comissão de licitação não tem em seu escopo a restrição e preza pela competitividade a fim de selecionar a proposta técnica e comercial mais vantajosa para administração pública, a recorrente requer, a reforma da decisão proferida pela Comissão de Licitação, a declarar a habilitação da recorrente no certame.

II. INCORRETA HABILITAÇÃO DA EMPRESA ÁGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS. FIGURAÇÃO DE PROFISSIONAL A FIM DE PREENCHER O REQUISITO DE EQUIPE TÉCNICA CHAVE. O FATO É QUE O PROFISSIONAL INDICADO NÃO PERTENCE AO CORPO TÉCNICO PERMANENTE DA EMPRESA E O OUTRO PROFISSIONAL DENTRO DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL NÃO ESTABELECE COMPETÊNCIA LEGAL A FIM DE ATENDER O ESCOPO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 006/2019.

Considerando que a empresa ÁGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS LTDA, disponibilizou antecipadamente o documento da página 85, na sua proposta jurídica, que deveria constar apenas na proposta técnica, permite uma avaliação mais detalhada no aspecto da sua capacitação técnica de acordo com os seguintes pontos:

Com base no artigo 30, § 1º, inciso I da lei 8666 de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. "...I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos". Além da indicação do responsável técnico geral pelo contrato, a licitante deveria possuir em seu quadro técnico permanente todos os profissionais relacionados no **ANEXO E**, contido no ato convocatório, a fim de comprovar ser possuidor da equipe técnica chave (mínima), tendo em vista que trata-se de

tomada de preço que envolve “técnica e preço”, porém observa-se que o profissional, o engenheiro Eletricista, Sr. Gilson Lima Feitosa –CREA RJ 45013/D, CPF 336.186.667-72, não faz parte do quadro permanente da empresa AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS LTDA, apenas inserido para figurar na montagem da equipe, vide documento de registro da empresa no CREA-RS, não consta o nome deste profissional até a data prevista para entrega da proposta.

Na hipótese do engenheiro eletricista, Sr. Gilson Lima Feitosa, viesse a assumir as responsabilidades técnicas relacionadas as suas atribuições no âmbito do contrato que surgirá da tomada de preço 006/2019, correria o risco imediato de cancelamento das suas ART’S, conforme previsto no art 25 no seu inciso III da resolução 1025/2009 do sistema CONFEA/CREA, “Da Nulidade da ART: ...III–for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado” ;

Desta forma, teoricamente não seria responsabilizado pelos seus atos, visto que trata-se de um erro inicial na contratação de uma empresa que não possui o profissional vinculado ao seu corpo técnico permanente, apenas emprestou o seu nome para compor a equipe técnica descrita no edital.

INCLUSIVE, A SUGESTÃO É AUDITAR JUNTO AO CREA/RJ A QUAL EMPRESA ESTE PROFISSIONAL REALMENTE ESTÁ VINCULADO, A FIM DE ESCLARECER QUALQUER IRREGULARIDADE.

Em destaque no art 55 e no seu parágrafo único ainda na resolução 1025/2009 do sistema CONFEA/CREA, estabelece que não existe CAT em nome da pessoa jurídica. A validação da capacidade técnica em nome da pessoa jurídica está diretamente vinculada a capacidade técnica do profissional que forem integrantes de seu quadro técnico permanente.

“Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica

Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.”



Complementando o esclarecimento, fica estabelecido no seu parágrafo único do art 55, da resolução 1025/2009, do sistema CONFEA/CREA a designação de responsável técnico é para cada profissional que atua em sua respectiva área de acordo com a sua competência e abrangência que a lei estabelece é diferente do profissional que figura nos contratos como responsável técnico para realizar a interlocução das demandas entre a empresa e a contratante. A consistência jurídica de validação para qualquer atestado a ser computado a favor de pessoa jurídica tem como prerrogativa que os profissionais participantes das atividades elencadas nele **estejam vinculados ao quadro técnico permanente da respectiva empresa**, conforme estabelece a resolução 1025/2009 do sistema CONFEA/CREA. Ou seja, todo atestado apresentado é do profissional que exerceu a atividade de acordo com a sua competência e abrangência que a lei estabelece e será computado a favor de pessoa jurídica que tenha tal profissional registrado como integrante do seu quadro permanente profissional.

Portanto, a comissão de licitação permanente e os envolvidos em avaliar a área técnica, devem atentar para os detalhes descritos na legislação e verificar que os atestados apresentados pela empresa AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS são inconsistentes para efeito de comprovação de experiência de execução das atividades demandas no edital de tomada de preço 006/2019. A composição da equipe técnica discriminada em cada um dos atestados apresentados trazem em seu bojo a realização de medição de vazão em rios, e sempre figurando o nome de um engenheiro civil, LUCAS RANGEL MARTINS, que outrora poderia ter pertencido ao quadro permanente da empresa AGUA E SOLO E ESTUDOS E PROJETOS LTDA, mas não percebe-se tal vinculação atual no documento oficial de registro da empresa, emitido pelo órgão de classe CREA/RS, desta forma não pode ser considerado para efeito de experiência de capacitação técnica da empresa. O fato de apenas apresentar atestados de serviços realizados em nome da empresa que foram realizadas no passado com atribuições específicas, e sem possuir no seu registro do CREA, garantindo que pertence ao seu quadro de profissional permanente para realizar tais atividades descritas no respectivo atestado não tem validade legal de comprovação. Ou seja, a empresa perdendo o

vínculo com o profissional que exerceu a atividade descrita no atestado, automaticamente perde aquela competência descrita em nome daquele profissional, evidentemente pelo motivo do profissional exercer tal função e não a empresa que apenas cria as condições de infraestrutura para a execução da atividade. Portanto, a fim da segurança jurídica da contratante a comissão de licitação e os responsáveis pela análise técnica dos atestados devem atentar para estas nuances que podem colocar em risco a execução das atividades elencadas no escopo do certame.

No caso que seja estabelecido a tentativa da pessoa jurídica em indicar outro profissional cuja a sua competência não tenha a abrangência estabelecida por lei, é ilegal, como no caso no engenheiro Agrônomo, Sr. Amadeu Beltrame Michelini, CREA/RS 00139518 CPF 001.865.920-94, indicado para função de Hidrologo, para composição da equipe técnica chave (mínima), conforme resolução nº 218 no seu artigo 5º, não estabelece competência para atender o escopo apresentado no edital de tomada de preço 006/2019, tendo em vista que a competência do engenheiro Agrônomo na parte hídrica, limita-se a questões agrícolas. O profissional adequado para atender a função exigida no edital deveria ser um Engenheiro Civil, conforme descrito na resolução nº 218/73 do sistema CONFEA/CREA, conforme abaixo:

A RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 JUN 1973- SISTEMA CONFEA/CREA, Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a competência de cada profissional :

Art 5º compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.

Art 7º compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Portanto, neste caso caracteriza-se incompatibilidade entre as atividades a serem desenvolvidas e as atribuições do profissional responsável técnico da função que seria exercida no contrato alvo da tomada de preço 006/2019. Não confundir o responsável técnico geral do contrato que é a ponte interlocutora da empresa e a contratante, diferente do responsável técnico profissional que responderá de acordo com a sua respectiva área de formação e conforme o sistema CONFEA/CREA estabelece, tanto que a ART é o registro realizado por cada profissional dentro da sua área de abrangência de suas competências e que estejam em sintonia com a função que exercerá no contrato. Caso contrário, poderá trazer nulidade a ART, ... se configurada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado, assim como prevê o art 25 nos seus incisos II e V da resolução 1025/2009 – Sistema Confea/CREA

A empresa ÁGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS LTDA, dispõe no seu quadro técnico permanente engenheiros agrônomos e geólogos, que por lei não possuem a competência para atender as atividades a serem realizadas no edital de tomada de preço 006/2019, conforme resolução nº 218/73 do sistema CONFEA/CREA. Vide também que os profissionais da ENGENHARIA CIVIL que figuram nos atestados apresentados, não fazem parte integrante do quadro permanente da empresa atual, conforme documento de cadastro de pessoa física registrado no CREA e portanto não pode estes atestados serem utilizados para computar como capacitação técnica da empresa, conforme resolução 1025/2009 em seu parágrafo único do art 55. Submete ao entendimento que estes profissionais, foram inseridos nestes atestados na ocasião apenas para conseguir aprovação junto ao CREA, das atividades que foram elencadas e de competência da Engenheira Civil, reforçando que não se vê no registro da empresa no CREA o registro do profissional como parte integrante do quadro permanente com responsáveis técnico de sua área.

Portanto, desta forma estabelece-se uma competição desleal, considerando que a empresa AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS, não possui a equipe técnica chave (mínima), utiliza artifícios de indicar profissional cuja a competência não

atende o edital e outro que não faz parte integrante do seu quadro técnico permanente para figurar na equipe, a fim de atender apenas a exigência do edital. Certamente supõe-se que apresentarão preços mais competitivos, e agressivos caso os seus custos operacionais com mão de obra sejam fictícios. Podendo neste caso comprometer o objeto do edital tomada preço 006/2019.

Cabe a comissão de licitação permanente e a equipe do INEA envolvida em avaliar a parte técnica dos licitantes, constatar os fatos descritos nas documentações de habilitação jurídica da empresa AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS, e diante do exposto, solicito a inabilitação imediata, da empresa AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETO, porém se a comissão de licitação e a equipe técnica do INEA decidir avaliar o restante do material técnico contido no envelope B a fim de obter maior convencimento, parece ser coerente, e caso configure com maior veemência as irregularidade expostas, então, justificará a inabilitação técnica da empresa AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS.

III- CORRETA INABILITAÇÃO DA EMPRESA GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA.

Por não atender os requisitos mínimos de profissionais e experiência comprovada necessária para o desenvolvimento das atividades elencadas no escopo do edital tomada de preços 006/2019. Os atestados apresentados basicamente na sua totalidade foram em nome do Eng. Eletrônico Sr. Flávio Rego Bordado Correia-CREA /SP 0600327642, caracterizando muita experiência em instalação de estações de sistema de alerta sonoro e que de certa forma atende apenas uma parte do escopo do certame. Apesar da empresa GRIDLAB SISTEMA E SERVIÇOS LTDA, possuir no seu quadro técnico permanente o profissional Meteorologista, infelizmente não possui as competências para desenvolver as atividades elencadas no escopo do edital tomada de preço 006/2019, conforme a Lei nº 6835/80, e a resolução nº 1010/2005 que regulamenta as atividades do profissional meteorologista. E certamente não terá a comprovação formal através de atestados na realização de serviços de medição de Vazão, instalação de postos



de medição com as respectivas delimitações de PI e PF e estabelecimento de marcos de referência, topobatimetria, etc...

Desta forma é correta a decisão da comissão de licitação permanente em conjunto com a equipe técnica que avaliam os atestados de capacitação técnica em manter a decisão de inabilitação da empresa GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA.

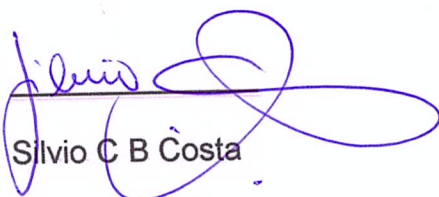
IV – REQUERIMENTO FINAL

Pelo exposto, requer seja acolhido integralmente o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, para que seja reformada a decisão proferida pela Comissão de Licitação, de modo a declarar a habilitação da recorrente, a empresa RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL E SERVIÇOS HIDROMETEOROLÓGICOS LTDA, no certame, alternativamente, seja determinada a realização de diligência.

Requer, outrossim, seja promovida a desclassificação da licitante ÁGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS LTDA, por não apresentar equipe técnica chave (mínima) completa, inclusive com o agravante da tentativa de apresentar profissional que não compõe o seu quadro de técnico permanente.

E por fim, seja mantida a decisão de inabilitação da empresa GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA, por não possuir atestados de comprovação de experiência e nem profissionais com as competências exigidas no edital de tomada de preços 006/2019.

Do de Janeiro, 17 de Setembro de 2019.



Silvio C B Costa

RG 05436529-1

RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.